

ENTRE A (DES)POLITIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA: O FUNCIONAMENTO DOS PROCESSOS DE HEROICIZAÇÃO CONSTRUÍDOS PELA MÍDIA

Evandra Grigoletto¹
Fabiele Stockmans De Nardi²

Partindo de trabalhos anteriores (GRIGOLETTO; DE NARDI, 2015) nos quais analisamos a fabricação de novos heróis pelo discurso midiático, pretendemos, neste trabalho, observar dois movimentos que podem estar vinculados ao processo de heroicização de três figuras públicas (Joaquim Barbosa, o Papa Francisco e o presidente Uruguaio José Mujica): a despolitização e a resistência.

Nas análises que já realizamos sobre essas figuras, temos observado que o discurso midiático se orienta no sentido de construir para eles uma espécie de função-heroica, que se produz a partir da repetição de atribuições, mais ou menos regulares, sobre esses sujeitos – retidão de caráter, simplicidade, comprometimento, etc –, que trabalham no apagamento das contradições inerentes aos seus discursos e sua atuação política, produzindo como efeito a exemplaridade dessas figuras que, uma vez postas neste lugar, passam a funcionar como espaços de identificação.

Para pensarmos a função-heroica, traçamos um paralelo com a noção de função-autor, tal como Foucault (1969) a entendeu. Tomado como função, o autor se constitui como um certo espaço de **regularidade**, de **acomodação das contradições** que a obra pode conter. No caso da função-heroica, a regularidade se mostra pela repetibilidade de uns sentidos em detrimento de outros, o que produz o apagamento das contradições acerca desses indivíduos alçados à figura de heróis, cristalizando UMA imagem sobre eles. Então, assim como ocorre com o autor, não se trata de um indivíduo a ocupar essa função, a inscrever-se nesse lugar, mas de

¹ Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS (2005), docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE.

² Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS (2008), docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE.

vários egos que podem ser chamados e exercer essa função e, sobretudo, com ela se identificar.

Como afirmamos em trabalho anterior:

Nos diferentes olhares que se colocam sobre o herói, o que aparece como recorrência é o fato de ser ele uma fonte perene de identificações imaginárias e de identidade coletiva, desde as antigas epopeias, quando se estabelece sua ligação estreita com o mito nacional, até a contemporaneidade, quando ele assume aspectos peculiares em representações culturais fortemente mediadas pelos discursos midiáticos, com sua propensão à espetacularização. (GRIGOLETTO; DE NARDI, 2015, p. 120).

Assim, sob o efeito de despolitização do discurso e dos sujeitos, reforçando o imaginário da *transformação do mundo* a partir da ação isolada do indivíduo, o discurso midiático produz a espetacularização desses sujeitos, alçando-os ao lugar do herói.

No caso do Papa Francisco, observamos que, desde sua eleição ao cargo mais alto da Igreja Católica, em março de 2013, ele é assunto de pauta dos principais jornais e revistas no mundo todo. Alcançou, assim, popularidade e notoriedade jamais vistas por outro Papa da Igreja Católica. A sua ascensão ao lugar de herói, assim, é construída pelo discurso da mídia, mas também pelos fiéis católicos e não católicos que comentam as notícias veiculadas sobre ele.

Joaquim Barbosa, o dito “justiceiro do mensalão”, vai sendo dito em diferentes espaços da mídia como um herói, “o verdadeiro herói do martelo” (GRIGOLETTO; DE NARDI, 2015, p. 122-123). Associando-o à imagem de heróis da ficção, a mídia faz emergir um dizer que se assenta sobre dualidades: o bem e o mal, os mocinhos e os bandidos. No caso de Joaquim Barbosa e sua atuação como juiz do mensalão, pode-se dizer que “não havia para o mensalão outra possibilidade de julgamento que não a condenação dos culpados por JB, o herói já anunciado de um veredito longamente construído; da mesma forma, parece não haver, para os sujeitos, outra possibilidade que não a de identificação com esse herói, tão pleno de virtudes, tão senhor das suas verdades” (GRIGOLETTO; DE NARDI, 2015, p. 131).

Com relação a José Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai, o que vemos é, especialmente a partir de 2012, a associação de seu nome a um enunciado

insistente que aparece em diferentes sites brasileiros e que o produz como um sujeito exemplar: “O presidente mais pobre do mundo”. Tal enunciado repete-se como o que define Mujica, produzindo para ele a imagem do homem ideal: o que serve ao próximo, o que vive com o pouco, o que recusa o luxo, etc. Nos textos e nos comentários que o acompanham, Mujica é o exemplo de homem e presidente a ser seguido, arrebatando uma legião de fãs que se dizem encantados por ele, *apesar* de seu ateísmo ou das polêmicas que o cercam. Questões essas que são colocadas em um ‘segundo plano’, obscurecidas pela força do exemplo de austeridade e compaixão de Mujica.

Como podemos ver, o processo de heroicização dessas três figuras públicas é construído pela mídia enquanto aparelho ideológico do Estado. Entendemos que o que ecoa nesses discursos de heroicização são os efeitos do funcionamento da ideologia dominante do Capitalismo, especialmente no que tange ao recobrimento do lugar social que esses sujeitos ocupam em favor de uma individualização da sua existência no mundo. Ideologia dominante que, no entanto, como nos ensina Pêcheux (1984), “jamais domina sem contradição”, já que “o próprio da luta ideológica de classes é se desenvolver num mundo que, de fato, não termina nunca de se dividir em dois” (PÊCHEUX, 2013, p. 14). Essas contradição e divisão são apagadas nos discursos que se produzem acerca desses sujeitos, já que, aparentemente, não há lugar para o mau sujeito, para a revolta, para um sentido diferente desse que lhes atribui a heroicidade. Como questionar um Papa que só prega o bem, que veio para salvar a humanidade e livrar a Igreja do preconceito e dos pedófilos? Como revoltar-se contra um presidente que doa parte do próprio salário, que recusa os benefícios da sua função e só pratica o bem? Como ousar questionar um juiz que colocou políticos corruptos atrás das grades?

Nisso consiste o processo que estamos chamando de despolitização. Trata-se de práticas de despolitização, muitas vezes, do próprio discurso político, o que se dá por meio do funcionamento dos efeitos ideológicos de evidência que sedimentam um determinado imaginário sobre esses heróis, naturalizando a relação dessas figuras com o bem, à abnegação, o servir ao outro e à Pátria.

Entendemos que a despolitização³ é um dos efeitos do esquecimento da política, tal como trabalhado por Francis Wolff em seu texto “Esquecimento da política ou desejo de outras políticas?”. Trata-se, para o autor, de um movimento que se vem produzindo nos últimos 30 anos, impulsionado, segundo ele, ou “pelo fim dos sonhos de libertação completa pela política” ou pelo “progresso da democracia numa boa parte do mundo, ao menos no sentido estreito e moderno do termo “democracia”, de governo que emana da comunidade” (WOLFF, 2007, p. 65). Essa “democracia representativa” carrega consigo, nas palavras do autor, uma “ilusão constitutiva”: a ação política do sujeito se esgota no ato de escolher seus representantes. No sentido inverso, portanto, do “tudo é político”, o esquecimento da política promove o abandono dos sonhos coletivos e nos faz mergulhar no sono. “Eis a dupla causa do esquecimento: o fim dos sonhos, de um lado, o começo do sono, do outro. A política é esquecida quando se para de sonhar para começar a dormir” (WOLFF, 2007, p. 66).

Esse sono tem, como um de seus efeitos, “o esquecimento da *pólis*”, que resulta em dois movimentos de afirmação do individual em detrimento do coletivo: o individualismo, que nos leva ao consumo, à exaltação das celebridades, ao culto ao corpo, entre outros, como manifestações de um “triunfo do indivíduo comum, a vitória da ética do ‘cada um por si’” (Idem, p. 68); e o comunitarismo que, embora pareça uma oposição ao primeiro, é, para Wolff, “sua variante ideologizada”, “uma maneira idêntica de esquecer a política em detrimento do território de si” (Idem, p. 68).

Para o trabalho que estamos desenvolvendo, interessa-nos em particular pensar na exaltação desse *eu individual* que o herói passa a representar. Num movimento de construção de uma exemplaridade acerca dessas figuras, que pressupõe o apagamento das contradições, pode-se chegar a um efeito de naturalização tão intenso do que elas “são” ou de “como agem” a ponto de situá-las num espaço de folclorização, em que a identificação com a figura independe do seu discurso e da sua atuação política. Poder-se-ia dizer que a identificação ocorre com

³ Iniciamos essas discussões durante a apresentação do trabalho “10 razões para amar”: questões sobre a função-heroica e os processos de identificação nos discursos sobre José Mujica”, apresentado durante o II SEPLEV (DE NARDI, 2014).

um “eu” individual, e não com o sujeito do discurso, que assume determinadas posições a partir do lugar social que ocupa. Recobrem-se, assim, os seus lugares de atuação social – de presidente, de juiz do Supremo Tribunal Federal, de Papa – em detrimento de suas imagens enquanto indivíduos do *bem* e da *moral*, que, apesar dos cargos que ocupam, agem com simplicidade, com abnegação e justiça, como se estivessem “livres” de qualquer orientação político-ideológica.

A mídia, ao destacar ações como o Papa descendo do seu carro para ir abençoar um menino cadeirante no aeroporto de Filadélfia, em sua recente visita aos Estados Unidos, Joaquim Barbosa falando de suas preferências culinárias e de seu gosto musical, Mujica posando para foto ao lado do velho fusca e dirigindo um trator em seu pequeno sítio, transforma-as em fatos a serem noticiados. Assim, pelo viés da repetibilidade, cristaliza-se esse imaginário dessas figuras como indivíduos do bem e da moral, a quem não caberia questionar.

Aparentemente, quando observamos esse funcionamento do processo de heroicização-despolitização, não há espaço para questionamento, resistência ou revolta. Trata-se do ritual perfeito, sem falhas. Mas, como nos ensinou Pêcheux, “não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas” (PÊCHEUX, 1995, p. 301). Portanto, se há heroicização, também há resistência a ela.

Se o sentido dominante acerca dessas figuras é aquele que os coloca na condição de celebridades, isso não quer dizer que tal sentido se produza como único, já que o processo que o produz como dominante deixa espaços para a instauração da resistência.

Observamos, sobretudo nos comentários das redes sociais acerca de notícias que tematizam essas figuras, espaço para a resistência. Vejamos alguns exemplos:



Em contraponto com o discurso dominante da mídia que constrói Joaquim Barbosa (JB) como um herói - O sujeito da justiça -, surgem no ciberespaço enunciados que procuram reinstaurar o lugar da contradição apagado pela mídia. No caso da imagem acima, retirada de um blog, tem-se a representação da divisão como algo constitutivo não só do sujeito JB, mas do discurso sobre ele. Essa divisão, no entanto, se justifica aqui a partir de outra: a divisão social dos sujeitos em Leigos e Especialistas. Nesse discurso, portanto, a heroicização de Barbosa se assenta sobre o signo do desconhecimento, é o leigo que o trata como herói porque não pode compreender o que para a justiça ele efetivamente representa. Já para o especialista, ao contrário do discurso que o sedimenta como herói, o que moralizou o Brasil, JB é aquele que está “desmoralizando a justiça”. O alerta representado no blog com a imagem dividida de JB encontra eco no artigo de Luiz Nassif (2013) para a Carta Capital⁴, em que ele apresenta o olhar de outros juristas sobre o presidente do STF: “O consenso no meio jurídico é que trata-se de um **desequilibrado** que está **deshmoralizando** a Justiça e, principalmente, o mais alto órgão do sistema: o

⁴ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/uma-encrenca-chamada-joaquim-barbosa-9008.html>.

STF (...)” (Nassif, 2013). JB fez “justiça” burlando a “justiça”, ou seja, fez-se justiceiro. Tanto no blog como na coluna de Nassif ressoam as vozes de um movimento de resistência, de desestabilização do sentido posto, que emerge nas brechas desse dizer dominante sobre JB para mostrar os efeitos dessa heroicização: uma quase impossibilidade de se trazer à tona, efetivamente, um questionamento sobre esse sujeito e suas ações enquanto representante do lugar social que ocupava.

Mas nem só em blogs/sites de demarcada oposição ao discurso da mídia aparecem espaços de resistência. Como mencionamos anteriormente, nos próprios comentários às notícias ou à sua repercussão em redes sociais, esses espaços de resistência, embora tímidos, aparecem. Dois exemplos podem ser vistos nos enunciados abaixo:

Comentário 1: **Quatro milhões de vítimas ao redor do mundo!** E as pessoas acham que esse Papa é foda pq decidiu "**PUNIR**" a partir de **agora?** kkkkkkkkkkkkkkk Já passou da hora né galera...⁵

Comentário 2: Sinceramente **ter uma cadela de 3 patas** , **legalizar o aborto**, **receber prisioneiros**, **legalizar a maconha**, quanto ao cigarro, o Uruguaio sempre foi contra, e a muito tempo é proibido fumar em locais fechado la, muito antes do que aqui no Brasil, Nao conheço muito do que ele fez como administrador, mas por esses 10 motivos, **nao acredito tratar se de um idolo...**, convenhamos⁶

No caso do primeiro comentário, indo na contramão da grande maioria das manifestações dos leitores da notícia que anunciava a criação de um tribunal, pela Igreja Católica, para julgar bispos que acobertam casos de abuso sexual, esse sujeito-leitor produz um gesto de resistência, desidentificando-se com a imagem do Papa salvador. Ao trazer um dado numérico – *quatro milhões de vítimas ao redor do mundo* -, questiona a grandiosidade da ação, apontando para o fato de que tal punição deveria, desde sempre, ter sido uma preocupação da Igreja. Com isso, ironiza o próprio efeito da punição, colocando a mostra o que esse gesto tende a apagar da história da Igreja: todo um histórico de abusos que foram negligenciados.

⁵ Comentário disponível no Facebook, a partir do link da notícia compartilhada da Carta Capital. Disponível em: <https://www.facebook.com/evandra.grigoletto/posts/10203149812466179?pnref=story>

⁶ Comentário ao texto da Revista Fórum “10 razões para se amar o presidente Uruguaio José Pepe Mujica”. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/05/10-razoes-para-se-amar-o-presidente-uruguaio-jose-pepe-mujica/>

No segundo comentário, o sujeito-leitor se desidentifica com o sentido produzido na matéria que anunciava as 10 razões para se amar o então presidente do Uruguai, entre elas, o fato de cuidar de sua cadela de 3 patas, legalizar o aborto e a maconha e receber prisioneiros de outros países. Ao negar que isso possa fazer de Mujica um ídolo, esse sujeito-leitor, apesar de reconhecer que não conhece a sua atuação política, coloca em xeque os motivos que fazem dele um ídolo. Produz-se, assim, uma ruptura nesse funcionamento da repetição, responsável por sedimentar o lugar de herói para Mujica. Duas coisas são interessantes de se observar nesse comentário: 1) ele reproduz, de certa maneira, um estranho paralelismo entre ter uma cachorra de 3 patas, legalizar o aborto e a maconha e receber prisioneiros, fundindo o público e o privado, o que leva a um efeito de indistinção; 2) na esteira dessa fusão entre o público e o privado no que se refere aos discursos sobre o Mujica, o sujeito-leitor produz, no seu comentário, um jogo entre a impessoalidade, o eu e o outro. Ao iniciar o comentário, o que é dito na revista aparece como um sempre já-lá (*ter uma cadela de 3 patas, legalizar o aborto, receber prisioneiros, legalizar a maconha*), marcando esse lugar da impessoalidade e de um sentido já saturado. Ao se negar repetir esse sentido já posto, traz a sua voz, marcando o seu posicionamento em primeira pessoa: *nao acredito tratar se de um ídolo*. As reticências, no entanto, que aparecem logo após, deixam em aberto um espaço de identificação para que o outro se identifique com seu posicionamento, o que se materializa na sua convocação final: *convenhamos*.

Embora tenhamos trazido poucos recortes, eles são exemplares desse funcionamento da resistência que estamos procurando descrever, no sentido de observar que, mesmo em discursos em que aparentemente se impõe a repetição do mesmo, num movimento de estabilização dos sentidos, como é o caso dos processos de heroicização dessas figuras, sempre atuam tanto relações de contra como de desidentificação, visto que, como já nos dizia Pêcheux, o sujeito pode resistir sempre. E é seguindo a reflexão de Pêcheux que vamos pensar a resistência, observando que, como ele mesmo nos diz, tomar uma posição materialista significa entender “o primado da luta de classes em relação à existência das próprias classes” (2013, p. 1). Isso significa que é sempre para o que se agita

sob a capa da consolidação que precisamos dirigir nossos questionamentos. Ou seja, é para os movimentos de resistência, mais ou menos visíveis que todo processo de estabilização carrega consigo, que precisamos olhar ainda que o estável se imponha.

A resistência aparece como elemento essencial do funcionamento do discurso nas palavras de Pêcheux, já retomadas nesse trabalho, quando ele reafirma a impossibilidade de se pensar a interpelação ideológica sem que se considere a falha como um elemento essencial do ritual. O sujeito resiste porque “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, 1995, p. 304), e, portanto, toda tomada de posição implica um gesto de resistência.

O lapso e o ato falho marcam o impossível de uma dominação ideológica fora de toda contradição. A série dos efeitos aqui resumidos pelas figuras do lapso e do ato falho infecta, assim, sem parar, toda a ideologia dominante, no próprio interior das práticas, nas quais tende a se realizar. [...] os equívocos que explodem, de repente, por detrás da frase ou o gesto mais sagrado, tudo isso tem algo de muito preciso a ver com o ponto sempre-já-lá, a origem imaginária da resistência e da revolta, [...]. As ideologias dominadas não se formam em nenhum outro lugar a não ser na própria localização da dominação, nela e contra ela, através das falhas e dos tropeços que a afetam incontornavelmente, mesmo quando a dominação se estende ao ponto "em que aí nada se pode fazer", porque "isso é assim" (PÊCHEUX, 2013, p. 15-16).

Esse caráter *falho* de todo processo discursivo é retomado também por Orlandi (2012) em seu trabalho sobre a resistência. A resistência vai ser observada, por ela, no processo de individu(aliza)ção do Estado, vista, entre outras, como uma de suas formas. De sua reflexão, interessa-nos destacar, em especial, a consideração de que a resistência, no âmbito do discurso, não pressupõe grandes gestos e movimento, uma vez que ela se inscreve no processo discursivo, muitas vezes, de maneira sutil. Exemplo disso é o funcionamento do falso paralelismo semântico que observamos no comentário do leitor acerca do Mujica. Ao oscilar entre a determinação e a indeterminação, entre o eu, o outro e o nós, como mostramos na análise acima, o sujeito-leitor deixa emergir no seu discurso o trabalho da contradição, sob a aparência de uma coerência convincente. É, assim, na relação do simbólico com o político, que o sujeito afirma/confirma sua condição de resistência em todo ritual, a qual irrompe pelo viés da falha, da contradição.

A resistência, portanto, emerge nas falhas do ritual do processo de heroicização, visto que a ideologia não cessa de operar, já que ela é antes de tudo um local de “resistência múltipla. Um local no qual surge o imprevisível contínuo, porque cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções” (PÊCHEUX, 2011, p. 115).

Para concluir, podemos confirmar, com base nos exemplos aqui trabalhados, a hipótese de que partimos. A resistência pode se dar tanto pelo repúdio aos valores propagados pelo discurso de heroicização quanto pela tentativa de reinscrever o político nesse espaço, produzindo, de qualquer forma, uma brecha nesses dizeres em que o político se mostra com toda a sua força, produzindo e (re)orientando sentidos.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. (1969). *O que é um autor?* 2. ed. Vega: Passagens, 1992.

GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. A (des)construção do “herói” nos discursos sobre o mensalão: o caso Joaquim Barbosa. *Desenredo*, Vol. 11, nº 1, jan - jun 2015, p. 118 - 133. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/4986/3446>. Acesso em 19 nov. 2015.

NASSIF, L. (2013) Uma encrenca chamada Joaquim Barbosa. *Carta Capital*. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/uma-encrenca-chamada-joaquim-barbosa-9008.htm>. Acesso em: 19 nov. 2015.

ORLANDI, E. P. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. 2. ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. 2. ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. (1982) Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? In: *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed., Campinas, SP: Pontes Editores 2011, p. 107 - 119.

_____. (1984). Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. *Décalages*, Vol. 1. Disponível em: <http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>. Acesso em 19 nov. 2015.

WOLFF, F. Esquecimento da política ou desejo de outras políticas? In. NOVAES, A. (org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 55-82.